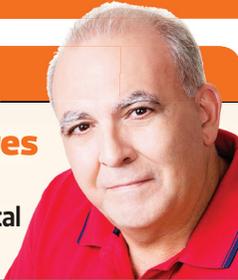


Trabalho



OPINIÃO

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical



Indústria nacional em queda livre

A indústria nacional começou 2015 com queda vertiginosa na produção, no emprego e no faturamento. E, para aumentar nossa inquietação, ela continua despencando.

Pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e divulgada no último dia 2, aponta que todos os 26 segmentos industriais analisados apresentaram queda generalizada, com um recuo de 6,6% de janeiro a julho, o maior tombo desde 2009, quando a atividade industrial encolheu 7,1%. Somente a indústria automotiva acumula queda de 20,2% na produção deste ano, o maior impacto entre os ramos pesquisados. E tudo em consequência da falta de uma estratégia objetiva e clara para a economia.

Para agravar ainda mais o quadro econômico pelo qual atravessamos, o Brasil teve cortada sua nota de crédito, perdendo, assim, seu grau de investimento – uma espécie de selo de bom pagador –, o que poderá acarretar nos aumentos dos juros pagos pelo País e do risco de fuga dos investidores.

O governo tem de fazer alguma coisa para que este cenário recessivo seja modificado. Inflação e juros altos, crédito caro, desindustrialização e desemprego só servem para empurrar o País ladeira abaixo. Está na hora da virada!

SINDICALIZE-SE



PARTICIPE DO SEU SINDICATO!

SEGURANÇA NO TRABALHO



Foto: Arquivo Senado

Luisinho (2º à esq.):
“Revogar o PDS deixará o trabalhador sem qualquer proteção”

Força Sindical luta no Senado para manter NR-12

Na hipótese de o projeto ser aprovado, o trabalhador no Brasil ficará sem proteção

Foi retirado o pedido de urgência para votação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 43/15, que susta a Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12). O anúncio foi feito durante audiência pública realizada, dia 8, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado pelo autor da proposta, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

“Revogá-la deixará o trabalhador sem qualquer proteção”, diz Luís Carlos Oliveira, Luisinho, secretário-adjunto de Saúde e Segurança da Força Sindical, que defendeu a medida na audiência pública presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

A NR-12 foi criada em 1978. Com o avanço da tecnologia, os metalúrgicos de São Paulo iniciaram, no início dos anos 90, uma

ação tripartite, com empresários e governo, e fizeram a Convenção Coletiva de Proteção das Prensas e Similares, que ganhou, em 1999, o prêmio pelo vídeo “Máquina Risco Zero”, feito com a DRT-SP e a Fundacentro. Os químicos desenvolveram normas para proteção das injetoras. Estes dois setores serviram de base para a atualização da NR-12, que entrou em vigor em 2010.

Mesmo com a norma em vigor, mais de 13 mil trabalhadores sofreram acidentes com equipamentos de 2011 a 2013, conforme Rômulo Machado, representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

“Empresários procuraram o senador Cunha Lima alegando que teriam de trocar equipamentos para cumprir a norma. Com as informações que apresentamos, o senador preferiu ampliar o debate”, destaca Luisinho.

Para sensibilizar os senadores, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, enviou ofício aos parlamentares reivindicando o arquivamento do PDS 43/2015, e disse considerar o PDS um retrocesso nos direitos constitucionais dos trabalhadores.

ALIMENTAÇÃO

Trabalhadores negociam Convenção Coletiva

Terminou sem acordo a reunião entre a Fetiasp (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado de São Paulo) e seus Sindicatos filiados com a bancada patronal dos setores de azeite e óleo, massas alimentícias e biscoitos, congelados e cacau e balas, realizada no dia 9. Eles negociam a Convenção Coletiva do 2º semestre de oitenta mil trabalhadores no Estado.

Na reunião com a indústria de laticínios e café torrado, que emprega trinta mil trabalhadores, também não houve acordo. A Fetiasp e os Sindicatos reivindicam reposição da inflação, aumento real, cesta básica e PLR (Participação nos Lucros ou Resultados), além de outros itens, como a ampliação da licença-maternidade.

“Não se negocia reposição da inflação. Se o trabalhador tem um salário de R\$ 1 mil, com a inflação já perdeu 10%. Temos que negociar da inflação para cima, porque o poder aquisitivo do trabalhador precisa ser devolvido”, disse Melquíades de Araújo, presidente da Fetiasp, aos integrantes



Foto: William Marinho

Araújo: “A reposição da inflação não é objeto de negociação”

da bancada patronal durante a reunião.

Já Wilson Vidoto Manzon, secretário-geral da Fetiasp, lembrou que outras cláusulas devem ser negociadas, como a licença-maternidade de 180 dias concedida por algumas empresas. Segundo ele, a avaliação das indústrias que estabeleceram os 180 dias é que elas gastam menos porque as mães cuidarão mais de seus filhos e, conseqüentemente, ficarão menos preocupadas.

TERCEIRIZADOS/USIMINAS



Foto: Vespasiano Rocha

Macaé: “Se os patrões oferecerem o que queremos, encerramos a greve”

Operários entram no 24º dia de greve em Cubatão

Os três mil operários terceirizados de montagem e manutenção na Usiminas Cubatão decidiram, em assembleia realizada ontem, continuar a greve em protesto à posição dos patrões de não atender suas reivindicações. Com 24 dias de paralisação, a próxima assembleia está marcada para 2ª feira (14).

A greve é conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil (Sintracomos). O presidente da entidade, Macaé Marcos Braz de Oliveira, resolveu aguardar a marcação de julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP) e/ou novas negociações com a bancada patronal. “Se as empresas oferecerem 10% nos salários, R\$ 200 no tíquete-alimentação, PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) de R\$ 1.100 e pagamento dos dias paralisados, a categoria encerra a greve”, declara Macaé.

No começo da paralisação, os trabalhadores rejeitaram reajuste salarial de 8%, mas aceitaram a PLR de R\$ 1.100 e vale-alimentação de R\$ 200. Antes, as empreiteiras ofereciam 7,04% nos salários, nada de PLR e vale de R\$ 180.

Emprego

O Sintracomos enfrentará grande problema, até dezembro, na montagem e manutenção de equipamentos na Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão (RPBC Petrobrás).

Trata-se da utilização de mão de obra de outras regiões paulistas e outros Estados, o que acaba gerando protestos por parte de trabalhadores residentes na Baixada Santista.

A cidade foi marcada por várias manifestações desta natureza, nos últimos meses, inclusive com bloqueio da rodovia Domênico Rangoni e consequente reação da Polícia Militar.

“O nosso Sindicato não se envolve em atividades paralelas, mas reconhece que seus militantes têm lá suas razões, pois é grande o número de desempregados na Baixada”, diz Macaé.